

Indústria

Uma panorâmica do emprego industrial em 2005: instantâneos da PNAD e da RAIS*

Maria Isabel H. da Jornada**

Socióloga da FEE

O presente artigo pretende traçar um panorama do mercado de trabalho na indústria do Rio Grande do Sul, em 2005, em contraste com a indústria no Brasil, examinando, em paralelo, o universo dos ocupados e o segmento dos empregados formalizados. As fontes de dados utilizadas são a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD), do IBGE, e a **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Deve-se ter presente, para o bom entendimento da análise, que as duas fontes não são comparáveis entre si, em virtude de diferenças metodológicas e conceituais, por isso, o recomendável é não buscar relacioná-las. A primeira é uma pesquisa domiciliar de caráter abrangente, que levanta informações sobre a população; e a segunda é uma base de dados gerada a partir de registros administrativos informados pelas próprias empresas. A PNAD cobre a totalidade do mercado de trabalho, contemplando todas as formas de inserção, diferentemente da RAIS, que capta exclusivamente o emprego formal, trazendo uma riqueza enorme de informações sobre o mercado de trabalho regulamentado, com desagregações setoriais e intra-setoriais, o que não se encontra na PNAD. Daí o interesse em utilizar as duas fontes, pois uma mostra a ocupação como um todo, mas não permite que se conheça o interior da indústria, enquanto a outra permite decompor a indústria, mas cobre somente o emprego com vínculo legal.

1 O quadro geral em 2005

Apesar do crescimento medíocre da economia em 2005, o mercado de trabalho brasileiro teve um compor-

tamento bem mais favorável do que seria o esperado. Os dados da PNAD (2005) e os da RAIS (2005) mostram um crescimento continuado no nível de ocupação, em 2005, o que foi expressivo no caso do emprego formal, ainda que evidenciem uma desaceleração no mercado de trabalho. Tomando-se o total da ocupação, a taxa de crescimento acusada pela PNAD em 2005, frente ao ano anterior, foi de 2,9%, ao passo que o emprego com vínculos legais, captado pela RAIS, teve uma expansão de 5,8%, performance que pode ser considerada excepcional, se for levado em conta que a economia cresceu 2,3% nesse ano.¹ Para a totalidade do mercado de trabalho, isso equivale à geração líquida de 2.493.682 postos no ano de 2005, enquanto, no segmento formalizado, foram adicionados 1.831.041 postos (1,474 milhão de vagas pela CLT e 357.000 estatutárias) (Tabelas 1 e 2). Para bem avaliar esses números, é preciso ter presente que a base de comparação é alta; no ano de 2004, o PIB teve um crescimento de 4,9%, enquanto a ocupação e o emprego formal cresceram 5,5% e 6,3% respectivamente, um comportamento tido como notável para o atual padrão de crescimento do País.

¹ A tendência de crescimento do emprego regulamentado em ritmo maior do que o do PIB — já detectado no final dos anos 90 — pode ser atribuída a uma maior formalização das relações de trabalho, associada, em larga medida, ao crescimento do agronegócio, à interiorização da indústria — já que a indústria é o lócus do emprego regulamentado — e à maior fiscalização do Ministério do Trabalho no comércio e em serviços especialmente. Pode-se inferir que parcela desses novos ingressos seja de pessoas que transitaram da informalidade para uma inserção regulamentada no mercado de trabalho. Sem dúvida, esse fenômeno requer uma detida reflexão, constituindo-se em motivo de uma profícua discussão entre os analistas do mundo do trabalho. Recomenda-se, dentre outros, a instigante análise de Paulo Baltar, José D. Krein e Amilton Moretto (2006), que enfoca a recuperação do nível de ocupação após a desvalorização cambial de 1999, notadamente o crescimento do emprego formal, revertendo a tendência observada ao longo da década de 90, que era a da diminuição da participação dessa forma de inserção no total dos ocupados.

* Artigo recebido em 19 out. 2006.

** A autora agradece as pertinentes observações e sugestões das colegas Sheila Sara W. Sternberg, Aurea Breitbach e Beky de Macadar, bem como o apoio técnico da estagiária de Economia Cristiane Fumegalli.

Todos os setores de atividade no Brasil registraram aumento de contingente em 2005, quer se trate do total da ocupação, quer se trate do emprego formalizado. A indústria de transformação, que é o foco da presente análise, apresentou um comportamento diverso do verificado para o agregado do mercado de trabalho: no âmbito do total da ocupação, cresceu mais intensamente (5,1%) e, no âmbito do emprego formal, cresceu menos (3,5%). No primeiro caso, trata-se da incorporação de 598.645 trabalhadores à indústria em 2005 (formais e informais); no segundo, da adição de 206.204 empregados com vínculos legais. O número de empregos criados na indústria de transformação, embora positivo, foi bem inferior ao dos gerados em 2004 — 846.238 (PNAD, 2004) e 570.698 (RAIS, 2004) —, confirmando as dificuldades enfrentadas pela indústria de transformação em 2005. Em termos relativos, o contraste também é acentuado. Em 2003 e 2004, o total da ocupação na indústria cresceu 7,8%, e o emprego formal, 10,6%, acompanhando o ritmo de crescimento da produção industrial, que foi de 8,5% para a indústria de transformação e de 8,3% para a indústria em geral, conforme a **Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física** (PIM-PF) (2006), do IBGE. Já em 2005, verificou-se um recuo acentuado da taxa de crescimento da atividade industrial, que se situou em 2,7% na indústria de transformação e em 3,1% na indústria em geral.

O Rio Grande do Sul, abatido pela quebra de safra e pelo câmbio valorizado, que prejudicou as exportações, ficou bem aquém do desempenho nacional.² O contingente de ocupados, na sua totalidade, experimentou um incremento de 1,2%, enquanto o segmento com vínculos legais atingiu 1,9%. De qualquer forma, é um resultado que também surpreende, em razão do crescimento negativo do PIB gaúcho em 2005 (-4,8%). Em termos absolutos, está-se falando na incorporação de 71.107 trabalhadores, tratando-se da totalidade do mercado de trabalho, e de 42.141 no segmento formalizado, bem abaixo das cifras de 2004 (98.114 e 113.519 respectivamente), quando o PIB do RS cresceu 3,6%.

No Estado, esse movimento no mercado de trabalho não foi uniforme; alguns setores de atividade conse-

guiram manter números positivos, enquanto outros tiveram números negativos em 2005. A indústria de transformação ainda conseguiu algum ganho no tocante ao total da ocupação (0,4%), mas perdeu postos no emprego formal (-3,0%), em nítido contraste com o ano anterior, em que a ocupação industrial cresceu 5,1%, e o emprego formal, 9,1%. A atividade industrial, que apresentara um impulso em 2004, com um crescimento de 6,4% na produção física, declinou em 2005, com uma taxa de -3,5%, refletindo os efeitos da crise no campo, que atingiu em cheio o segmento de máquinas e implementos agrícolas³, e do regime cambial, que comprometeu as exportações.

O quadro dos rendimentos, em 2005, também reserva surpresa. O pífio crescimento da economia não impediu uma melhora em relação a 2004. A PNAD (2005) mostra um aumento na renda do trabalhador, em 2005, que foi de 4,5% no Brasil e de 1,8% no RS, elevando o rendimento médio real para R\$ 789,76 no Brasil e para R\$ 860,63 no RS. A RAIS (2005) evidencia um movimento mais contido no segmento formal: 2,0% no Brasil e 1,5% no RS. Em média, cada empregado com vínculos legais recebeu R\$ 1.148,00 no Brasil e R\$ 1.149,00 no RS, um valor bem acima do verificado para o total dos ocupados. A indústria de transformação, conforme a PNAD (2005), apresentou um quadro menos alvissareiro no Brasil, onde o rendimento médio real se elevou em apenas 0,5%, e mais promissor no RS, que registrou um incremento de 6,4%, o que resultou em um rendimento médio real de R\$ 774,43 na indústria de transformação brasileira e de R\$ 811,56 na sul-rio-grandense. Tratando-se do emprego formal, o Brasil seguiu o mesmo ritmo (0,7%), enquanto, no RS, o ganho salarial foi muito menor (0,6%) do que o da totalidade do mercado de trabalho. Com isso, o rendimento médio dos empregados contratados na indústria situou-se em R\$ 1.177,00 no Brasil e em R\$ 1.030,00 no RS.

² Deve-se ter presente que o Setor Primário conserva expressão na estrutura produtiva do Estado e mantém vínculos estreitos com a indústria — veja-se a importância da agroindústria no RS — e que importantes segmentos de atividade na matriz produtiva do Estado se voltam, prioritariamente, ao mercado externo. Foram especialmente atingidos nessa conjuntura o agronegócio — no qual se destaca o complexo soja, prejudicado pela estiagem e pela queda dos preços no mercado internacional — e o setor coureiro-calçadista.

³ A indústria de máquinas e implementos agrícolas, no Estado, era responsável por 29,5% dos empregos formais na mecânica, em 2005. Os prejuízos contabilizados pelo segmento podem ser creditados à perda de competitividade no mercado internacional e à situação dos produtores rurais, com dificuldades para investimento em máquinas.

Tabela 1

Indicadores selecionados para o mercado de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2004 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005		Δ% 2004-05	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS
Posição na ocupação (número de trabalhadores)						
Total	84 596 294	5 726 933	87 089 976	5 798 040	2,9	1,2
Empregados	46 699 957	2 982 033	47 985 988	3 034 420	2,8	1,8
Com carteira de trabalho assinada	25 692 468	1 888 346	27 046 296	1 933 077	5,3	2,4
Militares e estatutários	5 571 200	355 895	5 490 792	364 726	-1,4	2,5
Outros	15 435 870	737 373	15 448 900	736 617	0,1	-0,1
Sem declaração	419	419	-	-	-	-
Trabalhadores domésticos	6 472 484	334 389	6 658 627	355 929	2,9	6,4
Conta-própria	18 574 690	1 245 798	18 831 511	1 273 871	1,4	2,3
Empregadores	3 479 064	286 633	3 683 355	269 018	5,9	-6,1
Trabalhadores na produção para próprio consumo	3 387 184	328 828	3 894 016	337 695	15,0	2,7
Trabalhadores na construção para próprio uso	99 633	9 220	122 576	5 643	23,0	-38,8
Não remunerados	5 883 282	540 032	5 913 903	521 464	0,5	-3,4
Rendimento médio do trabalho principal (R\$) (1)						
Total	755,88	845,38	789,76	860,63	4,48	1,80
Masculino	860,47	967,22	893,49	990,03	3,84	2,36
Feminino	599,53	657,76	633,66	668,58	5,69	1,65
Distribuição setorial (número de trabalhadores)						
Agrícola	17 733 835	1 434 809	17 813 802	1 400 528	0,45	-2,39
Indústria	12 402 692	1 076 747	12 998 419	1 076 479	4,80	-0,02
Indústria de transformação	11 723 640	1 030 889	12 322 285	1 034 674	5,11	0,37
Construção	5 354 375	306 658	5 635 753	342 776	5,26	11,78
Comércio e reparação	14 653 228	894 204	15 484 670	921 284	5,67	3,03
Alojamento e alimentação	3 023 059	152 118	3 183 527	175 553	5,31	15,41
Transporte, armazenagem e comunicação	3 894 249	233 113	3 962 153	235 326	1,74	0,95
Administração pública	4 203 854	257 643	4 262 366	254 417	1,39	-1,25
Educação, saúde e serviços sociais	7 409 338	461 990	7 651 694	449 045	3,27	-2,80
Serviços domésticos	6 472 484	334 389	6 658 627	355 929	2,88	6,44
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3 498 316	187 528	3 297 403	199 376	-5,74	6,32
Outras atividades	5 723 438	367 153	5 943 416	365 494	3,84	-0,45
Atividades mal definidas ou não declaradas	227 426	20 581	198 146	21 833	-12,87	6,08

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2004/2005. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006.

(1) Rendimento médio, em setembro, em valores reais, calculado com base no INPC do IBGE, a preços de ago./06.

Tabela 2

Número de empregados formais e rendimento médio no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2004 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005		Δ% 2004-05	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS
Distribuição setorial (número de trabalhadores)						
Total	31 407 576	2 193 332	33 238 617	2 235 473	5,8	1,9
Extrativa mineral	140 519	4 785	147 560	4 831	5,0	1,0
Indústria de transformação	5 926 857	623 639	6 133 461	604 695	3,5	-3,0
Indústria de produtos minerais não-metálicos	293 209	14 716	308 861	14 654	5,3	-0,4
Indústria metalúrgica	588 738	59 351	603 961	55 758	2,6	-6,1
Indústria mecânica	350 640	50 695	366 600	48 881	4,6	-3,6
Indústria do material elétrico e de comunicações	210 559	14 621	225 437	15 030	7,1	2,8
Indústria do material de transporte	385 305	34 119	411 394	35 811	6,8	5,0
Indústria da madeira e do mobiliário	450 011	49 846	429 044	48 009	-4,7	-3,7
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	324 878	26 057	338 155	27 918	4,1	7,1
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	275 326	51 428	277 578	45 814	0,8	-10,9
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc.	610 457	44 835	635 730	46 575	4,1	3,9
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	796 482	27 927	833 365	27 538	4,6	-1,4
Indústria de calçados	312 579	143 022	298 659	126 784	-4,5	-11,4
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1 328 673	107 022	1 404 677	111 923	5,7	4,6
Serviços industriais de utilidade pública	327 708	19 356	341 991	21 912	4,4	13,2
Construção civil	1 118 570	73 792	1 245 395	71 328	11,3	-3,3
Comércio	5 587 263	395 193	6 005 189	411 944	7,5	4,2
Serviços	9 901 216	609 062	10 510 762	637 773	6,2	4,7
Administração pública	7 099 804	393 028	7 543 939	409 727	6,3	4,2
Agropecuária extrativa vegetal, caça e pesca	1 305 639	74 477	1 310 320	73 263	0,4	-1,6
Rendimento médio (R\$) (1)						
Total	1 125	1 132	1 148	1 149	2,0	1,5
Masculino	1 216	1 232	1 237	1 244	1,7	1,0
Feminino	988	999	1 016	1 025	2,8	2,6
Rendimento médio na indústria de transformação (R\$) (1)						
Total	1 168	1 025	1 177	1 030	0,7	0,6
Masculino	1 316	1 201	1 324	1 205	0,6	0,3
Feminino	801	702	815	708	1,8	0,8

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004/2005. (CD-ROM).

(1) Rendimento médio, em dezembro, em valores reais, calculado com base no INPC do IBGE, a preços de ago./06.

O comportamento dos salários em 2005 está associado aos reajustes salariais acima da inflação e ao aumento real do salário mínimo de 8,8% no ano, o que ajudou a elevar a renda. Deve-se levar em conta que o valor do salário mínimo tem um impacto enorme no rendimento médio, em razão de um número expressivo de trabalhadores recebê-lo e pelo fato de as remunerações mais baixas estarem a ele vinculadas de acordo com um “efeito farol”,⁴ ou seja, o mínimo funciona com um balizador do reajuste salarial de outras faixas.

Esse panorama dos rendimentos em 2005 não deve obscurecer a realidade de que o processo de criação de empregos no Brasil esconde um mecanismo perverso de rebaixamento salarial, especialmente em períodos de dificuldades econômicas. Basta ver que os postos adicionados, tanto no plano nacional quanto no estadual, se concentraram nas faixas de rendimento inferiores — até dois salários mínimos. As faixas acima de dois salários suprimiram vagas⁵ no âmbito do total da ocupação e do mercado formal (Tabela 3).

Tabela 3

Variação do número de ocupados e do número de empregados formais, por faixa salarial, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2004-05

(%)

NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Total da Ocupação	Emprego Formal	Total da Ocupação	Emprego Formal
Até ½				
Total	12,3	17,1	22,5	19,2
Indústria de transformação	22,7	16,7	35,6	27,4
Mais de 1/2 a 1				
Total	14,3	15,4	19,6	18,2
Indústria de transformação	19,9	16,2	22,0	12,8
Mais de 1 a 2				
Total	3,2	16,9	1,9	15,3
Indústria de transformação	5,3	15,5	1,1	15,3
Mais de 2 a 5				
Total	-4,8	-1,4	-2,9	-5,4
Indústria de transformação	-7,1	-2,1	-12,8	-12,2
Mais de 5 a 10				
Total	-7,7	-1,5	-16,7	-6,3
Indústria de transformação	-7,6	-6,6	1,2	-13,2
Mais de 10				
Total	-16,3	-6,4	-21,0	-10,0
Indústria de transformação	-16,5	-11,5	5,8	-20,2

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2004/2005. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004/2005. (CD-ROM).

⁴ Ver Corseuil e Carneiro (2001).

⁵ Infelizmente, essas bases de dados não permitem verificar se e onde se reempregaram os desligados das faixas salariais mais altas. Pode-se apenas supor que esses trabalhadores tenham retornado ao mercado de trabalho com salários inferiores aos que recebiam no posto que ocupavam anteriormente.

2 A ocupação industrial em 2005: PNAD

No Brasil, em 2005, a indústria era responsável por 14,9% dos ocupados, sendo que a indústria de transformação, isoladamente, respondia por 14,1% dos postos de trabalho, constituindo-se no terceiro setor em importância sob a ótica da ocupação. À frente, encontrava-se o setor agrícola, com 20,4% dos ocupados, seguido por comércio e reparação, com 17,8%.⁶ No RS, a indústria era mais expressiva, com 18,6% da população ocupada (17,8% na indústria de transformação), abaixo apenas do setor agrícola, que abrigava 24,2% do total de trabalhadores. Comércio e reparação ocupava o terceiro lugar, com 15,9%. Observa-se que, no RS, as atividades primárias e a indústria de transformação têm uma importância relativa maior do que no plano nacional (Tabela 1).

O contingente de trabalhadores na indústria de transformação, no Brasil, em 2005, era de 12.322.285, a maior parte composta por homens (62,3%), uma participação masculina maior do que no agregado do mercado de trabalho (57,9%). No Estado, eram 1.034.674 trabalhadores industriais, sendo 59,4% deles homens, um percentual superior ao do percentual no total dos ocupados (55,8%).

A condição de ocupação desses trabalhadores é informada pelos dados relativos à posição na ocupação (Tabela 4). No Brasil, em 2005, 72,9% das pessoas que trabalhavam na indústria de transformação eram empregadas; 19%, trabalhadores por conta própria; 4,3%, empregadores; e 3,8%, não-remunerados. No RS, a proporção de empregados era maior (80,5%), aqueles que trabalhavam por conta própria eram 13,3%, os empregadores eram 4,6%, e os não-remunerados, 1,5%.⁷ Infelizmente, a PNAD não disponibiliza, no âmbito setorial, dados desagregados para empregados com e sem carteira, o que impede que se mensure essa parcela de trabalhadores industriais à margem de qualquer amparo legal. Considerando-se a totalidade do mercado de trabalho, os empregados com carteira assinada perfaziam

31,1% do total dos ocupados no Brasil e 33,3% no RS, enquanto os sem carteira (agrupados sob a denominação "outros") eram 17,7% no País e 12,7% no Estado.

O exame da ocupação sob a ótica da posição na ocupação revela a outra face do crescimento: a qualidade dos postos gerados. A maior parte das vagas acrescentadas na indústria de transformação, no Brasil, em 2005 (46,2% de ocupados por conta própria e 32,7% de não remunerados), pode ser associada à informalidade ou a uma condição de precarização, dependendo da categoria conceitual que se utilize. Foram essas "posições" que tiveram as maiores variações no ano: os conta-própria (13,4%) e os não-remunerados (70,2%). Já na indústria gaúcha, só o grupo dos trabalhadores por conta própria logrou expansão, com uma taxa de 10,2%. Um movimento completamente distinto do verificado para o agregado do mercado de trabalho, em que os conta-própria cresceram 1,4% no Brasil e 2,3% no RS; e os não-remunerados, 0,5% no País e -3,4% no Estado.

⁶ Registraram-se os setores mais expressivos, os outros detinham, cada um, menos de 10% do total dos ocupados.

⁷ Para balizar com a realidade do agregado do mercado de trabalho, tem-se que, no País, os empregados representam 55,1% e, no Estado, 52,3%; os ocupados por conta própria, 21,6% no Brasil e 22,0% no RS; os empregadores, 4,2% no Brasil e 4,6% no RS; e os trabalhadores não remunerados, 6,8% no País e 9,00% no Estado. As outras posições na ocupação são inexistentes na indústria.

Tabela 4

Ocupados, por posição na ocupação e rendimento médio, na indústria de transformação do Brasil e do Rio Grande do Sul — 2004 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005		Δ% 2004-05	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS
Posição na ocupação						
Total	11 723 640	1 030 889	12 322 285	1 034 674	5,1	0,4
Empregados	8 861 950	836 716	8 980 773	833 409	1,3	-0,4
Conta-própria	2 060 688	124 941	2 335 978	137 746	13,4	10,2
Empregadores	523 634	53 399	533 559	47 808	1,9	-10,5
Não-remunerados	277 368	15 833	471 975	15 711	70,2	-0,8
Rendimento médio (R\$) (1)						
Total	770,30	763,04	774,43	811,56	0,5	6,4

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2004/2005. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006.

(1) Rendimento médio, em setembro, em valores reais, calculado com base no INPC do IBGE, a preços de ago./06.

3 O emprego formal na indústria, em 2005: RAIS

Na estrutura setorial do emprego formal no Brasil, em 2005, a indústria de transformação praticamente se igualava ao comércio (18,4% e 18,1% respectivamente), dividindo a terceira posição em ordem de importância. O setor serviços era quem liderava, com 31,6% dos empregos com vínculos legais, secundado pela administração pública (22,7%).⁸ No Rio Grande do Sul, a indústria de transformação tem uma representatividade maior, ocupando o segundo lugar no *ranking*, responsável por 27,0% do total dos empregados formais. O setor serviços lidera, com 28,53% dos empregados, enquanto o comércio (18,4%) e a administração pública (18,3%) compartilham a terceira posição (Tabela 2).⁹

A indústria de transformação, em 2005, empregava 6.133.461 trabalhadores no Brasil e 604.695 no RS, a maior parte composta de homens (71,1% no Brasil e 64,8% no RS), uma presença masculina, em termos relativos, superior à da totalidade do mercado de traba-

lho formal (59,7% no Brasil e 56,8% no RS), o que corresponde a uma condição histórica na indústria, em que a participação das mulheres sempre foi menos expressivas do que em outros setores.

A decomposição da indústria de transformação por subsetores de atividade evidencia os contrastes e as diferenciações intra-setoriais, bem como põe em relevo as diferenças estruturais entre o plano nacional e o estadual.¹⁰ No Brasil, os subsetores que mais pesavam na estrutura do emprego industrial, em 2005, eram a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (22,9%), a têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (13,4%), a química, produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria (10,4%) e a metalúrgica (9,8%), seguidas por madeira e mobiliário (7,0%), material de transporte (6,7%), mecânica (6,0%), papel, papelão, editorial e gráfica (5,5%), indústria de calçados (4,9%) e produtos minerais não-metálicos (5,0%). Os outros segmentos não atingiam 5,0% de participação cada um: borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas (4,5%), material elétrico e de comunicações (3,7%).

No Rio Grande do Sul, predomina um segmento que tem no mercado externo o seu fator dinamizador, a indústria de calçados, responsável por 21,0% do total de

⁸ Os demais setores têm importância menor, figurando com menos de 4% do emprego cada um.

⁹ Assim como no plano nacional, os demais setores são de pouca expressão, com menos de 4% do emprego.

¹⁰ Só é possível conhecer a estrutura interna da indústria no que tange ao emprego formal, pois a PNAD não permite a desagregação da indústria de transformação.

empregos, próxima da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (18,5%). Seguem-nas, à distância, a metalúrgica (9,2%), a mecânica (8,1%), a de madeira e mobiliário (7,9%), a química, produtos farmacêuticos, etc. (7,7%), a de borracha, fumo, etc. (7,6%), a de material de transporte (5,9%), a de papel, papelão, etc. (4,6%) e a têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (4,5%). Por fim, a de material elétrico e de comunicações (2,5%) e a de produtos minerais não-metálicos (2,4%).

O comportamento do emprego no interior da indústria é bastante diferenciado, respondendo à natureza e aos condicionantes de cada segmento produtivo. As medidas de política econômica impactaram a atividade industrial de forma diversa, inibindo e constringendo alguns tipos de indústrias e estimulando e favorecendo outros. O exame da variação no nível do emprego expressa bem esses rebatimentos.

No âmbito nacional, dois segmentos experimentaram redução no estoque de empregados, em 2005 — calçados (-4,5%) e madeira e mobiliário (-4,7%) —, observando-se também o pequeno incremento no grupo heterogêneo formado pelas indústrias de borracha, fumo, couros, peles, similares e indústria diversas (0,8%), segmentos produtivos que foram duramente atingidos pelas políticas de juros e câmbio que restringiram a competitividade dessas indústrias. No outro extremo, liderando o crescimento do emprego, encontram-se material elétrico e de comunicações (7,1%) e material de transporte (6,8%). Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico e a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, de maior peso na estrutura industrial do emprego formal, tiveram crescimento de 5,7% e 4,6% respectivamente. Cabe, ainda, um registro para a metalúrgica, que mostrou a segunda mais baixa taxa de crescimento (2,6%).

No RS, diferentemente do Brasil, a maior parte dos segmentos revelou retração. A maior empregadora, a indústria de calçados, registrou queda de 11,4%, eliminando 16.238 postos, o que equivale a 55,0% das vagas suprimidas pela indústria de transformação. A trajetória de queda foi acompanhada pelas indústrias de borracha, fumo, etc. (-10,9%), metalúrgica (-6,1%), madeira e mobiliário (-3,7%), mecânica (-3,6%), indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido (-1,4%) e de produtos minerais não metálicos (-0,4%). A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, a segunda em importância no *ranking* do emprego industrial, alcançou um resultado positivo (4,6%), um pouco abaixo da de material de transportes (5,0%). O segmento de papel, papelão, editorial e gráfica experimentou o maior incremento (7,1%).

A situação desvantajosa do RS frente ao agregado nacional é explicável pela crise agrícola e pelo impacto do câmbio valorizado sobre a competitividade de indústrias importantes no Estado, como a de calçados, a de móveis e a têxtil, que sofreram duplamente com o real forte: as exportações tornaram-se menos competitivas e foi impulsionada a substituição da produção doméstica pelos importados. As dificuldades enfrentadas pelo segmento moveleiro gaúcho, em 2005, devem-se ainda a fatores logísticos, como o custo do transporte, que coloca o Estado em desvantagem frente a outros pólos moveleiros mais próximos dos grandes mercados consumidores e fornecedores de insumos e matérias-primas.¹¹

A avaliação geral, acompanhando os vários analistas, é a de que o desempenho do mercado de trabalho no Brasil, em 2005, embora marque uma desaceleração frente a 2004, impressiona pelo ritmo de crescimento — notadamente do emprego formal — em um ano de baixa taxa de crescimento da economia e que terminou sob fortes críticas à política econômica do Governo. Todavia, na indústria de transformação, os dados são inquietantes, tendo em vista que, no Brasil, a maior parte do total dos postos acrescidos no setor, em 2005, se localizou no grupo dos trabalhadores por conta própria e no dos não remunerados, categorias que costumam ser associadas a uma condição de precarização e de ausência de amparo legal. No RS, onde a ocupação industrial cresceu quase nada, só o contingente de trabalhadores por conta própria logrou expansão.

Os resultados do mercado de trabalho, em termos tanto de geração de empregos quanto de aumento da remuneração média dos trabalhadores e de redução da informalidade, dependem de a economia brasileira entrar em um círculo virtuoso de crescimento econômico, sem o que persistirão os avanços e recuos nos índices de desempenho da atividade econômica. É forçoso, pois, que se façam as mudanças demandadas pela sociedade na política econômica, que tem impedido o crescimento sustentado da economia brasileira.

¹¹ A futura instalação no Estado de uma fábrica de MDF da multinacional Masisa, em 2007, e a entrada em operação da nova fase da planta industrial da Fibraplac (empresa gaúcha do grupo Isdra que produz chapas de MDF) deverão trazer mais competitividade para a indústria moveleira gaúcha, mudando o custo de logística das matérias-primas, que hoje ainda são buscadas em outros estados.

Referências

BALTAR, Paulo; KREIN, José D.; MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, Unicamp/CESIT, n. 3, jan./abr., 2006.

CORSEUIL, C. H. ; CARNEIRO, F. G. **Os impactos do salário mínimo sobre emprego e salários no Brasil:** evidências a partir de dados longitudinais e séries temporais. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 849).

JORNADA, Maria Isabel H. da. O emprego industrial no RS: um breve balanço no Governo Lula. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 23-32, 2005.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física — PIM/PF. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2004/2005. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006.

RAMOS, Lauro; SOARES, Sergel; ÁVILA, Marcelo de. Avaliação geral da PNAD de 2004. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, Rio de Janeiro, IPEA, v. 10, n. 29, p. 21-28, nov. 2005.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004/2005. (CD-ROM).

SANTOS, Anselmo Luís dos. Recuperação formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, Unicamp/CESIT, n. 3, jan./abr., 2006.